

Guilherme Puchalski Teixeira

# **NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Guilherme Puchalski Teixeira

Categoria: Direito processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

T266n

1169034

Teixeira, Guilherme Puchalski  
Negócios jurídicos processuais / Guilherme Puchalski Teixeira. – Rio  
de Janeiro : Lumen Juris, 2020.  
312 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 267-296.

ISBN 978-85-519-1804-3

1. Direito processual. 2. Negócio jurídico processual. 3. Processo civil.  
4. Princípio da autonomia da vontade. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Introdução.....	1
1. A Força Normativa da Vontade das Partes no Processo Civil Brasileiro.....	7
1.1 Publicismo e privatismo processual: perspectiva histórica, ideológica e cultural .....	7
1.1.1 O privatismo no passado do processo civil .....	9
1.1.2 O paradigma publicista do processo civil na tradição romano-germânica.....	15
1.1.3 O publicismo e sua repercussão no tema dos acordos processuais.....	21
1.1.4 Os acordos processuais na experiência recente da Europa Continental.....	28
1.1.5 Modelos de processo civil e o papel reservado à vontade nos Estados Unidos e na Inglaterra.....	33
1.1.6 Convergência entre sistemas e a tendência universalizante do processo civil .....	40
1.1.7 Equilíbrio entre privatismo e publicismo e os diferentes modelos de processo civil.....	45
1.2 O Estado Democrático de Direito e o princípio da autonomia da vontade das partes.....	47
1.2.1 O processo civil no Estado Democrático de Direito .....	47
1.2.2 O processo civil como um espaço de equilíbrio entre privatismo e publicismo.....	52
1.2.3 A constitucionalização do processo civil e sua reaproximação com a vontade das partes .....	58
1.2.4 A autonomia da vontade como norma fundamental do processo civil brasileiro.....	64
1.2.5 O reconhecimento da força normativa da vontade das partes no processo civil brasileiro.....	72

1.2.6 O exercício da autonomia da vontade das partes no modelo cooperativo de processo .....	80
1.3 Conclusão do capítulo .....	86
2. Os Negócios Processuais como Técnica Processual e sua Utilidade à Tutela Adequada de Direitos .....	89
2.1 Os negócios processuais na teoria dos fatos jurídicos .....	89
2.1.1 Teoria geral dos fatos, atos e negócios jurídicos .....	90
2.1.2 Aplicabilidade da teoria geral dos fatos jurídicos ao processo civil .....	96
2.1.3 Fatos, atos e negócios jurídicos processuais .....	98
2.1.4 O negócio jurídico processual .....	101
2.1.5 Elementos diferenciadores dos negócios processuais na teoria do fato jurídico .....	105
2.1.6 Terminologia .....	106
2.1.7 O panorama atual dos negócios jurídicos processuais e a tendência da flexibilização do procedimento legal .....	108
2.2 O 'devido processo negociado' .....	111
2.2.1 A adequação do processo por iniciativa das partes no processo civil contemporâneo .....	114
2.3 Os negócios jurídicos processuais no direito brasileiro .....	121
2.3.1 Os negócios processuais no contexto do Código de Processo Civil de 1973 .....	122
2.3.2 Os negócios processuais no contexto do Código de Processo Civil de 2015 .....	125
2.3.3 Negócios processuais típicos .....	127
2.3.3.1 Calendário processual .....	129
2.3.3.2 Escolha consensual do perito .....	134
2.3.3.3 Saneamento e organização consensuais do processo .....	135
2.3.4 Negócios processuais atípicos .....	139

2.3.4.1 A cláusula geral para a celebração de negócios processuais atípicos.....	139
2.3.4.2 Convenções sobre o procedimento.....	147
2.3.4.3 Acordos sobre situações processuais (ônus, faculdades, poderes e deveres).....	151
2.3.5 Informação adequada a respeito da existência da convenção processual nos autos físicos e eletrônicos.....	158
2.3.6 O procedimento convencional a servir de estatística e fonte de evolução do procedimento legal .....	159
2.4 Conclusão do capítulo .....	162
3. Limites à Autonomia da Vontade das Partes e a Proposição de um Regime Jurídico de Validade aos Negócios Processuais .....	165
3.1 Regime híbrido de validade dos negócios processuais: plano constitucional, plano do direito civil, plano do direito processual civil .....	166
3.2 Validade dos negócios processuais perante o modelo constitucional de processo .....	169
3.2.1 Colisão entre direitos fundamentais no âmbito dos negócios processuais: conformação da autonomia da vontade ao modelo constitucional de processo .....	175
3.2.2 A técnica da ponderação e a exigência de motivação suficiente.....	183
3.3 Validade dos negócios jurídicos processuais perante o direito civil..	189
3.4 Validade dos negócios jurídicos processuais perante a legislação processual .....	194
3.4.1 Análise dos requisitos de validade contidos no art. 190 do CPC/2015 .....	195
3.4.1.1 Direitos que admitam autocomposição.....	195
3.4.1.2 Manifesta vulnerabilidade de uma das partes .....	200
3.4.1.3 Inserção abusiva em contrato de adesão.....	202
3.4.2 A ordem pública processual e seu efeito limitador sobre os negócios processuais .....	207

3.4.3 Limites subjetivos dos acordos processuais: quem pode negociar .....	215
3.4.4 A participação do juiz nos negócios processuais .....	218
3.4.5 A forma dos negócios processuais .....	222
3.4.6 O tempo dos negócios processuais e o papel dos procuradores .....	225
3.5 Negócios processuais defeituosos .....	227
3.6 Descumprimento dos negócios processuais e suas consequências jurídicas .....	234
3.6.1 A boa-fé como norma de conduta imposta aos litigantes em favor do adimplemento dos acordos processuais.....	235
3.6.2 O dever de reparação decorrente do descumprimento dos acordos processuais e sua prefixação em cláusula penal .....	238
3.6.3 Execução específica da obrigação processual descumprida.....	240
3.7 A experiência recente do Tribunal de Justiça de São Paulo na análise da validade dos negócios processuais.....	242
3.8 Conclusão do capítulo .....	260
Conclusão .....	263
Referências Bibliográficas .....	267